

Rose Neubauer acha proposta positiva

Para secretária de Educação, projeto trará recursos para garantir ensino fundamental

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A secretária estadual de Educação de São Paulo, Rose Neubauer, considerou positiva a proposta apresentada pelo ministro Paulo Renato de Souza, porque vai permitir alocar recursos para garantir o ensino fundamental em todo o País e elevar o patamar de salários dos professores.

"Hoje, existem critérios de distribuição de recursos, mas na realidade não há vinculação específica de quanto deve ser aplicado em cada nível", analisou. "O governo federal está tentando estabelecer regras para alocar o dinheiro e garantir o mínimo a ser gasto com cada aluno." A proposta prevê um gasto anual de R\$ 300 por aluno, que é o valor dispendido hoje pelo governo paulista com cada estudante da rede estadual.

Salário — Rose Neubauer destacou a preocupação em valorizar o salário do professor, estabelecendo parâmetros em nível nacional e, portanto, corrigindo os valores disparatados de estado para estado. Em sua opinião, o projeto au-



Luludi/AE

Neubauer: "A proposta terá de ser analisada e aperfeiçoada, mas sem dúvida é um avanço"

menta o patamar dos ganhos dos docentes mesmo em São Paulo.

"A proposta terá de ser analisada e aperfeiçoada", considerou. "Há muito o que se discutir nos aspectos financeiro e fiscal, mas sem dúvida é um avanço." A secretária não acredita que as mu-

danças sejam colocadas em prática até o final do ano porque ainda dependem de diversos ajustes.

O ex-secretário de Educação do Município, Mário Sérgio Cortella, colocou em dúvida as vantagens do plano, já que não há previsão de aumento da arrecadação desti-

nada à educação. "A princípio, parece que todos os recursos que o ministro propõe já têm garantia constitucional."

O Brasil, explicou Cortella, gasta hoje 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) com educação e precisa chegar pelo menos a 10% nos

próximos dez anos, o que equivaleria de R\$ 45 bilhões a R\$ 50 bilhões por ano. O País é o 10º PIB do planeta e o 56º em educação, segundo indicadores do Guia de Desenvolvimento Social. A proposta do ministro alocaria R\$ 12 bilhões anuais.

Analfabetismo — Cortella ficou animado com a possibilidade do aumento do patamar de salários dos professores para R\$ 300 mensais. "Representa um avanço para muitos Estados brasileiros, mas não para São Paulo, onde o salário mais freqüente é cerca de R\$ 700 e a média salarial, R\$ 180", explica.

O ex-secretário mostrou-se preocupado com o fato de a proposta não mencionar, em nenhum momento, planos para atender os 43 milhões de analfabetos acima de 14 anos do País. Além disso, lembrou que a Constituição também prevê garantia para educação infantil, não estabelecida agora.

Quanto à criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor para administrar os recursos estaduais e municipais, o professor disse que o sucesso da medida está em democratizar a gestão, caso contrário poderá se tornar um mecanismo para satisfazer interesses partidários.